



# PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
36ª Câmara de Direito Privado

**Registro: 2013.0000416222**

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0001653-47.2011.8.26.0456, da Comarca de Pirapozinho, em que é apelante MARLON REGIS ROSA (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados VANDETE VIEIRA GOMES DA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA) e SALVADOR ANGELO DA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA).

**ACORDAM**, em 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores PEDRO BACCARAT (Presidente) e JAYME QUEIROZ LOPES.

São Paulo, 25 de julho de 2013.

**Arantes Theodoro**

**RELATOR**

Assinatura Eletrônica

**APELAÇÃO**

0001653-47.2011.8.26.0456

**APELANTE**

Marlon Regis Rosa

**APELADOS**

Vandete Vieira Gomes da Silva e outro

**COMARCA**

Pirapozinho - Vara Única

**VOTO Nº 22.068**

**EMENTA - Ação indenizatória. Acidente automobilístico. Morte de motociclista. Cabimento de indenização sob a forma de pensão mensal, assim como pelo dano moral. Recurso improvido.**

Sentença cujo relatório se adota julgou parcialmente procedente ação indenizatória aforada por pais de motociclista morto em acidente de trânsito.

O réu apela e pede seja invertido esse resultado e, secundariamente, reduzido o valor da indenização pelo dano moral.

Para tanto ele alega que não estou comprovada a sua culpa pelo acidente e que “a conclusão a que chegou o perito não é prova inconteste”.

Assim, o recorrente enfatiza que não houve testemunha do fato e que o Boletim de Ocorrência confirmava terem os estilhaços ficado no centro da pista, o que se ajustava à informação de que a motocicleta transitava pela contramão e o apelante então



desviou seu veículo para a esquerda na intenção de evitar o acidente, mas não conseguiu.

Ao lado disso ele afirma que, de todo modo, o pensionamento aos autores era indevido porque a vítima era solteira e se viva fosse certamente constituiria família e a ela carregaria sua renda, sendo que o coautor auferia rendimento próprio superior ao do próprio apelante, sendo a autora sua dependente.

Por fim, o recorrente diz indevida também a indenização pelo dano moral, seja ante a falta de prova da culpa, seja porque os apelados já foram indenizados pelo seguro obrigatório.

Recurso regularmente processado e respondido.

### **É o relatório.**

A procedência da ação era mesmo inevitável.

Afinal, conforme anotou o sentenciante os elementos de informação confirmavam ter o acidente se verificado exclusivamente por culpa do réu, eis que ele dirigia na contramão de direção, em alta velocidade e sob o efeito de álcool, tendo nessa condição colhido a motocicleta.

Esse, de fato, o quadro apontado por testemunha e pela perícia, à vista do qual houve condenação criminal

não definitiva do recorrente.

De se anotar que a particularidade de os destroços dos veículos terem sido localizados no centro da pista, aqui enfatizada pelo apelante, só confirmava a sua culpa, eis que eis tal ocorreu justamente porque ele estava na contramão e ao bater derivou para a faixa correta.

Caso era mesmo, portanto, de se compelir o demandado a indenizar os danos.

A tal título mostrava-se certamente devido o pensionamento mensal, eis que a morte veio a eliminar dos autores a natural expectativa de contar com o auxílio filial, o que tornava devida indenização sob aquela forma nos termos do artigo 948 inciso II do Código Civil.

E justamente por se cuidar de supressão de expectativa é que não importava, aqui, indagar se a vítima concretamente sustentava os autores, nem conjecturar no sentido de que se viva estivesse a vítima casaria e manteria apenas a sua nova família.

A indenização, nesses casos, justifica-se ante a natural presunção de que o auxílio ocorreria assim que se mostrasse necessário, isto é, ante o dever recíproco de assistência de pais e filhos com o pagamento de alimentos.

Nessa linha, de fato, a Súmula STF nº 491: “*É indenizável o acidente que cause a morte de filho menor, ainda que não exerça trabalho remunerado.*”



O recorrente aqui não questiona o valor àquele título arbitrado na sentença, o que dispensa a Corte de se manifestar a respeito.

Indenização por dano moral era igualmente devida, já que é intuitivo o abalo consequente à morte de filho, o que nos termos do artigo 344 do Código de Processo Civil torna dispensável em casos tais a prova dessa repercussão.

Não se afigura excessiva a indenização arbitrada, eis que ela correspondia a cem salários-mínimos da data da sentença.

Com efeito, tal valor bem se ajustava às circunstâncias do caso e à condição econômica das partes, conforme exigia o artigo 944 da lei civil, sendo mesmo usual em casos de morte de filho como se vê em julgados do Superior Tribunal de Justiça (REsp. 690.975-MS, rel. Min. Aldir Passarinho Junior; REsp. 711.887-PR, rel. Min. Cesar Asfor Rocha; REsp. 691.217-RS, rel. Min. Nancy Andrichi; etc).

Certo, ainda, ter o Juiz já mandado deduzir daquele montante o valor devido pelo seguro obrigatório de veículos automotores, o que deixa sem sentido a assertiva do recorrente de que houve cúmulo propiciador de enriquecimento indevido

Em suma, nenhum reparo comporta a sentença.

(assinado digitalmente)

**ARANTES THEODORO**

Relator